



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 020/2021/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: CBM/RO,

Processo Administrativo nº. 0004.247201/2021-71

OBJETO: Construção da Organização Bombeiro Militar de Machadinho do Oeste, no município de Machadinho do Oeste - RO

Aos **dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um às 11h00min**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito à avenida: Farquar, s/nº, bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, nesta cidade, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 74/SUPEL-CI de 11 de junho de 2021**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa: **NEIANDER STORCH EIRELI - ME. RECURSO**: O presente recurso foi apresentado tempestivamente, contraditando o julgamento da decisão da Comissão de Licitação que desclassificou sua proposta de preços apresentada em Ata proferida em 01.10.2021. O que motivou a desclassificação da proposta de preços apresentada pela empresa requerente após a análise pela Comissão de Licitação foi a não aplicação em sua Planilha Orçamentaria do BDI diferenciado no subitem 15.17.1, conforme determinado na Planilha Orçamentária apresentada pela administração, bem como sua composição, contrariando o disposto no item 17.1.2. alínea "e" (...e 16,32% (dezesesseis vírgula trinta e dois) por cento para equipamentos...) do Edital. A empresa recorrente alega que *"...será a executora direta do empreendimento. Por sua vez, todos os encargos e impostos, serão executados e/ou pagos, integralmente por nossa empresa..."*. Que *"...a subestação, não se enquadra como serviços fornecido por empresas com especialidades próprias, onde em sua grande maioria, trabalha exclusivamente com o fornecimento desses insumos..."* Ainda em sua defesa, a empresa requerente afirma com as seguintes palavras: *"... o BDI diferenciado deve ser aplicado apenas no caso em que um ou mais materiais (ou equipamentos) a serem incorporados a obra sejam a tal ponto específicos e financeiramente relevantes que a atitude natural do gestor seria aquisição em licitação distinta, porém esta se mostra inviável. Ao observarmos o percentual correspondente a subestação, é tão pequeno, o qual não justifica o disposto acima. Por tratar-se de material utilizado corriqueiramente..."* (grifo nosso). Cita jurisprudência do TCU (Acórdão 2.546/2015 – Plenário), onde o TCU inclina-se na direção de que a existência de pequenos equívocos não deve conduzir à imediata desclassificação da proposta, caso a retificação da planilha ou da composição dos custos não altere o valor global ofertado. **PEDIDO**: Requer que a Comissão dê provimento ao recurso ora analisado reformando a decisão anteriormente proferida em Ata datada em 01.10.2021, classificando sua proposta comercial. Expirado o prazo para interposição de recursos, a Comissão de Licitação deu conhecimento as participantes, abrindo o prazo para **contra razões** de recurso, sendo que não houve interesse em contrarrazoar. **DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – Após reanálise de toda proposta de preços apresentada pela empresa recorrida, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei

8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão de julgamento do dia 01.10.2020, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, senão vejamos: Ao compulsar os autos, a CPLO constatou que a empresa requerente descumpriu regra editalícia claramente expressa no subitem 17.1.2 alínea “e”:

17.1.2 - Planilha Orçamentária baseada nos projetos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

e) Será exigida das proponentes a apresentação:

(...)

Composição do BDI. (O BDI a ser utilizado não poderá apresentar índice superior àquele praticado pela Administração Pública que no caso em tela é de 25,32% (vinte e cinco vírgula trinta e dois) por cento e 16,32% (dezesseis vírgula trinta e dois) por cento para equipamentos, os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo por se constituírem tributos de natureza direta e personalíssima).

O subitem da Planilha Orçamentária em questão 15.17.1 SUBESTACAO REBAIXADA 13,8KV 225 KVA 127/220V é de maior relevância na curva ABC ID (0018484716). Além de não ter calculado o BDI para equipamentos previsto no edital, a empresa deixou de apresentar a sua Composição ID (0018484258). Ao afirmar em seu recurso que o seu percentual é tão pequeno, a empresa requerente atribuiu sobre o item apenas o percentual de 25,32% onerando o valor para a administração e claro, se contradizendo. Ao citar o retromencionado acórdão do TCU, onde o mesmo inclina-se na direção de que a existência de pequenos equívocos não deve conduzir à imediata desclassificação da proposta, acatamos inteiramente. Porém no caso *in sito* não ocorreu pequenos equívocos ou erro material, e sim a violação de regra editalícia e não apresentação de composição de BDI que é parte integrante da proposta de preços.

ART. 3º LEI 8.666/93: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O texto legal prima pela vinculação ao instrumento convocatório como forma de proteger os licitantes de decisões discricionárias dos agentes públicos e garantir a lisura nos processos. Cabe transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual: “ *A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado .O Edital é a lei interna de licitação e , como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) ” (“in” “Direito Administrativo Brasileiro”, Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268). ” Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório: “ *é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”*. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416. Portanto e, com base nas informações relatadas, condições do edital e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, esta Comissão de Licitação decidiu não dar provimento ao recurso interposto pela empresa NEIANDER STORCH EIRELI – ME mantendo-a DESCLASSIFICADA no presente certame. Declarando como proposta comercial classificada em primeiro lugar a apresentada pela empresa **ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, **dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um às 12h00min** .*

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente da CPLO

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

LUCIANA PEREIRA DE SOUZA

Membro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 19/10/2021, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 19/10/2021, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pereira de Souza, Membro**, em 19/10/2021, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0021430101** e o código CRC **BA1F3118**.